



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
CÂMARA CÍVEL – PRIMEIRA TURMA JULGADORA

**Agravo de Instrumento nº 9002137-19.2019.8.23.0000**

**Agravante:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Agravados:** Antônio Souza Costa

**Relatora:** Des. Tânia Vasconcelos

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** contra decisão proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista que inverteu o ônus da prova na Ação de Cobrança n.º 0832124-93.2019.8.23.0010, determinando o pagamento dos honorários periciais.

Afirma o recorrente, em síntese, que o Seguro DPVAT tem natureza social, onde não há interesse de particular, portanto, não se trata de relação de consumo a ensejar a inversão do ônus da prova.

Segue argumentando que, embora tenha firmado convênio para realização da prova pericial, não pode ser penalizada caso não consiga efetuar o pagamento no tempo determinado ou se a outra parte não comparecer para realização da perícia.

Por fim, pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao agravo, haja vista a presença de seus requisitos e, no mérito, a reforma total da decisão recorrida.

No e.p. 09 o efeito suspensivo pretendido restou indeferido.

Vieram-me os autos conclusos.

Boa Vista (RR), data constante do sistema.

**Desa. Tânia Vasconcelos**  
Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
CÂMARA CÍVEL – PRIMEIRA TURMA JULGADORA

**Agravo de Instrumento nº 9002137-19.2019.8.23.0000**

**Agravante:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Agravados:** Antônio Souza Costa

**Relatora:** Des. Tânia Vasconcelos

**VOTO**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Cinge-se a questão acerca da aplicação, ou não, do Código de Defesa do Consumidor nas demandas que envolvem pagamento de seguro DPVAT, a ensejar o pagamento dos honorários periciais pela Seguradora agravante.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça se manifestou no sentido de inaplicabilidade das normas consumeristas nas ações de cobrança que envolvem o Seguro DPVAT, haja vista que não se trata de relação facultativa, sendo uma imposição obrigatória a todos que possuem veículo automotivo, vejamos:

*“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR LEI. AUSÊNCIA DE QUALQUER MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE NO TOCANTE AO OFERECIMENTO E ÀS REGRAS DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA PELAS RESPECTIVAS SEGURADORAS, NÃO HAVENDO SEQUER A OPÇÃO DE CONTRATAÇÃO, TAMPOUCO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E/OU DO PRODUTO PELO SEGURADO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RECURSO DESPROVIDO. 1. Diversamente do que se dá no âmbito da contratação de seguro facultativo, as normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam ao seguro obrigatório (DPVAT). 1.1. Com efeito, em se tratando de obrigação imposta por lei, na qual não há acordo de vontade entre as partes, tampouco qualquer ingerência das seguradoras componentes do consórcio do seguro DPVAT nas regras atinentes à indenização securitária (extensão do seguro; hipóteses de cobertura; valores correspondentes; dentre outras), além de inexistir sequer a opção de contratação ou escolha do produto ou fornecedor pelo segurado, revela-se ausente relação consumerista na espécie, ainda que se valha das figuras equiparadas de consumidor dispostas na Lei n. 8.078/90. 2. Recurso especial desprovido.” (STJ - REsp: 1635398 PR 2016/0284872-3, Relator: Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Data de Julgamento: 17/10/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/10/2017)*

Todavia, embora as normas consumeristas não possam ser aplicadas na hipótese, a própria agravante, Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, firmou convênio com esta Corte de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
CÂMARA CÍVEL – PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Justiça no qual se responsabiliza pelo pagamento das perícias médicas que avaliarão o grau da lesão sofrida pelo segurado – Convênio n.º 06/2015, vejamos:

*“1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LÍDER a um valor fixo R\$ 200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).” Grifo nosso.*

Nesse contexto, por força do princípio *venire contra factum proprium* não pode a Seguradora agravante se negar a custear a perícia médica ao argumento de inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.

Acerca do assunto, esta Corte já se manifestou:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CDC. VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS E INCUMBÊNCIA DE PAGAMENTO. DEVER DE OBSERVÂNCIA PELO TJ/RR E PELA SEGURADORA DOS TERMOS FIXADOS NO CONVÊNIO 06/2015. HONORÁRIOS PERICIAIS QUE DEVEM SER MINORADOS. PAGAMENTO QUE DEVE SER EFETUADO PELA SEGURADORA AGRAVANTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Não há relação de consumo entre a vítima do acidente de trânsito e a seguradora, o que afasta a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor e a determinação de inversão do ônus da prova. 2. No tocante ao valor dos honorários periciais, esta egrégia Corte de Justiça firmou convênio com a Seguradora Agravante (Convênio n.º 06/2015), datado de 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT. 3. Pelo princípio do *venire contra factum proprium* (vedação do comportamento contraditório), este Tribunal não pode desconsiderar a existência do Convênio regularmente formalizado. 4. No mesmo sentido, a Seguradora Agravante também não deve desconsiderar o convênio firmado, negando o pagamento da perícia a ser realizada.” (TJRR – AgInst 9000702-10.2019.8.23.0000, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, 1ª Turma Cível, julg.: 19/10/2019, public.: 22/11/2019)*

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO CDC. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS PERICIAIS E INCUMBÊNCIA DE PAGAMENTO. OBSERVÂNCIA DOS TERMOS FIXADOS NO CONVÊNIO 06/2015, FIRMADO ENTRE O TJ/RR E A SEGURADORA. OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO PELA SEGURADORA AGRA V ANTE. V ALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS QUE DEVE SER MINORADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. No tocante a inversão do ônus da prova, em casos de cobrança de indenização prevista na Lei nº 6.194/74, não se aplicam as regras do CDC, pois não há relação de consumo entre as seguradoras integrantes do consórcio do seguro DPVAT e o segurado, revelando-se impossível a inversão do ônus da prova com base em relação consumerista. 2. Em relação a fixação de honorários periciais, certo é que o Convênio nº 06/2015 firmando entre a agravante e esta Corte de Justiça estabeleceu o valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas. 3. Outrossim, não pode a parte recorrente afirmar que a inversão do ônus da prova é indevida, devendo o pagamento dos honorários periciais recair sobre o agravado, haja vista que, nos termos da cláusula acima transcrita, restou expressamente definido que a agravante seria responsável pelo ressarcimento do perito. Pelo princípio do *venire contra factum proprium* (vedação do comportamento contraditório), este Tribunal não pode desconsiderar a existência do Convênio regularmente formalizado. “*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
CÂMARA CÍVEL – PRIMEIRA TURMA JULGADORA

*(TJRR – AgInst 9000998-32.2019.8.23.0000, Rel. Juiz(a) Conv. LUIZ FERNANDO MALLET, 2ª Turma Cível, julg.: 08/11/2019, public.: 11/11/2019)*

Isso posto, considerando que a alegação da recorrente ofende a boa-fé objetiva e encontra óbice na vedação ao comportamento contraditório, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Boa Vista (RR), 27 de janeiro de 2020.

Desa. **Tânia Vasconcelos**

Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
CÂMARA CÍVEL – PRIMEIRA TURMA JULGADORA

**Agravo de Instrumento nº 9002137-19.2019.8.23.0000**

**Agravante:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**Agravados:** Antônio Souza Costa

**Relatora:** Des. Tânia Vasconcelos

**EMENTA**

AGRAVO DE INSTRUMENTO – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO – INAPLICABILIDADE DO CDC – RECONHECIMENTO – ENTENDIMENTO DO STJ – PAGAMENTO DA PERÍCIA MÉDICA – OBRIGAÇÃO DECORRENTE DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A SEGURADORA LÍDER E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA – CLÁUSULA 1.3 DO CONVÊNIO N.º 06/2015 – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM* - RECURSO DESPROVIDO – DECISÃO MANTIDA.

De fato, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de inaplicabilidade das normas consumeristas nas ações de cobrança de seguro DPVAT.

Todavia, a obrigação da agravante em custear as perícias médicas nas ações de cobrança do seguro DPVAT decorre do Convênio n.º 06/2015 firmado entre a Seguradora Líder e esta Corte de Justiça, de modo que a negativa de pagamento ao argumento de ausência de relação de consumo caracteriza-se como violação a boa-fé objetiva e encontra óbice na vedação ao comportamento contraditório.

Recurso desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Primeira Turma Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Participaram do julgamento: Des<sup>a</sup>. Tânia Vasconcelos (Presidente e Relatora), Elaine Bianchi (Julgadora) e Des. Cristóvão Suter (Julgador).

Boa Vista (RR), 31 de janeiro de 2020.

**Des<sup>a</sup>. Tânia Vasconcelos**  
**Relatora**